

JORNAL DA EDUCAÇÃO

www.jornaldaeducacao.inf.br

Leitor infantojuvenil garante sucesso da 11ª Feira do Livro



Crianças, adolescentes e jovens mostraram que o livro tem, sim, vida longa, mesmo com todas as distrações tecnológicas. Ana Maira Machado (no alto) e Elisa Lucinda foram (acima) empolgaram o público. Páginas 5 até 8

Comissão aprova texto-base do Plano de Educação

O colegiado também aprovou o destaque que trata da questão de gênero no PNE, tema que provocou polêmica entre grupos de militantes dos direitos de LGBTT e representantes de igrejas.

Página 9

Alerta para falta de brincadeiras em escolas

Durante evento em Jaraguá do Sul, a pós-doutora em educação infantil Maria Carmen Silveira Barbosa questionou: “Cadê os brinquedos de construção de madeira que se encontrava nas creches há alguns anos? As crianças não sabem mais brincar?”

Página 10

Deputado propõe kit bíblicos nas escolas

Um deputado estadual de Santa Catarina está causando grande polêmica com a proposta de distribuição de kit bíblicos nas escolas. O tema ainda não foi discutido na Assembleia Legislativa, mas já divide opiniões, principalmente nas redes sociais.

Editorial e página 4

OPINIÃO

Matrícula do aluno de escola pública no ensino religioso não é obrigatória

O art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que o ensino religioso, de **matrícula facultativa**, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Entretanto, via de regra, os pais não são informados da possibilidade de não matricular seu filho na disciplina no momento da matrícula. A dificuldade em oferecer a disciplina e manter os não optantes ocupados na escola no horário daquela aula provavelmente sejam as principais razões para levar diretoras e secretárias das escolas a omitir tal informação dos pais.

Cabe ao Estado e ao município garantir a facultatividade da matrícula na disciplina. Essa visão foi adotada pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Contagem (MG) ao determinar, em 2010, à Prefeitura a implementação, no prazo de 90 dias, de matrícula facultativa na disciplina de Ensino Religioso em todas as escolas da rede pública do município, mediante a opção formal e expressa dos representantes legais dos alunos, a ser preenchida na unidade escolar em que cada aluno estuda.

Na mesma sentença, o juiz ordenou que deveriam ser incluídas na programação curricular das escolas atividades regulares alternativas, nos mesmos turnos e horários, para os alunos que não optassem pela disciplina de Ensino Religioso.

O pronunciamento foi confirmado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (processo 1.0079.11.013677-1/001). Eis o resumo do julgado: "A omissão da autoridade municipal em operacionalizar a facultatividade da matrícula na disciplina Ensino Religioso viola o direito líquido e certo do estudante à liberdade de crença. Inteligência do art. 5º, VI c/c art. 210, parágrafo 1º, da CF/88". Em uma rápida leitura, este artigo contradiz o artigo 19, I, da Constituição, que consagra o nosso Estado laico ao estabelecer que: "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou com seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na formada lei, a colaboração de interesse público".

Em fevereiro deste ano, a Organização das Nações Unidas (ONU), em documento preparado por sua relatora para o direito à cultura, Farida Shaheed, denunciou que centenas de escolas públicas, em pelo menos 11 Estados do Brasil, não seguem os preceitos do caráter laico do Estado e impõem o ensino religioso.

O relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU diz que a situação do Brasil é crítica. O documento fez alerta também sobre a intolerância religiosa e o racismo que "persistem" na sociedade brasileira. Farida visitou, no final do ano passado, os Estados de Alagoas, Amapá, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Por outro lado, o Estado de Santa Catarina, que também é laico constitucionalmente, tem programa de investimento na formação de professores de ensino religioso, cujo conteúdo da disciplina é determinado por uma entidade formada por diversos dirigentes de igrejas, pastores, padres e freiras, cujos membros são predominantemente de cristãos.

Ao mesmo tempo, encontra-se em tramitação no STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) Nº4.439 que decidirá sobre o ensino religioso nas escolas brasileiras.

A ADIM presa pelo ensino religioso não confessional, isto é, desvinculado de qualquer igreja ou crença religiosa. Esta ADIM foi uma resposta da sociedade ao "Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil", assinado pelo então presidente Lula, que prevê, em seu artigo 11, §1º, que: "O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas [...]", em clara opção pelo ensino religioso confessional, com ênfase no catolicismo, em detrimento das outras religiões", explicou o jurista Túlio Vianna em artigo publicado na página (<http://www.conjur.com.br/2014-abr-24/toda-prova-liberdade-credo-ensino-religioso-escolas-publicas>).

Em Santa Catarina, um deputado quer implantar lei que obriga o Estado a distribuir gratuitamente bíblias a todos os estudantes de seis a 12 anos da rede estadual de ensino. Os defensores do tal projeto dizem que a Bíblia a ser distribuída seria a da religião de cada estudante. E qual Bíblia seria distribuída aos ateus, aos muçulmanos, aos budistas, aos agnósticos e aos adeptos de religião afro-brasileira, como o candomblé?

Ou seja, distribuir a Bíblia será mais uma forma de impor uma religião às crianças catarinenses. Ao ser obrigada a optar por um tipo de Bíblia, a criança ainda em formação terá de se autodeclarar desta ou daquela religião. E, como é de praxe, quem não tiver, não souber ou não quiser dizer escolher uma religião terá de enfrentar o estigma que surgirá não só entre os colegas, mas entre os próprios professores.

Distribuir Bíblia é uma maneira de

institucionalizar a discriminação religiosa nas escolas da rede estadual. E toda esta situação seria criada pela máquina governamental, que deveria proteger os direitos da criança e não impor o ensino religioso. E pior: tudo financiado com o dinheiro dos catarinenses. Ou seja, o Estado, que deveria proteger nossas crianças e adolescentes de todo e qualquer tipo de discriminação, estará discriminando.

Além deste aspecto, no documento, a relatora da ONU registrou também que o material usado em aulas de religião nas escolas públicas seja submetido a uma revisão por especialistas, como no caso de outros materiais de ensino. E que "recursos de um Estado laico não devem ser usados para comprar livros religiosos para escolas".

Já a professora Roseli Fischmann, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), ressalta que "em tese, deveria haver um professor capaz de representar todas as religiões. Mas, como sabemos, é impossível. Além disso, a aula não é tratada efetivamente como facultativa.

O arranjo é feito de tal forma que o aluno é obrigado a assistir". Roseli explica que o modelo brasileiro é pouco usual nos países em que há total separação entre Estado e religião. E exemplificou que até mesmo Portugal, que no regime de Salazar tornou obrigatório o ensino religioso, aboliu as aulas. Educação religiosa deve ser restrita aos colégios confessionais. "Lá, o pai matricula consciente", defende a professora.

O jurista Túlio Vianna defende que, "em um Estado laico que se preze, o ensino religioso é matéria da esfera privada de cada família, que tem plena liberdade para matricular seus filhos nos cursos religiosos das igrejas que frequentam. Lamentavelmente, porém, a Constituição brasileira, em seu artigo 210, §1º, cedeu ao lobby dos teocratas e determinou que o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

O intérprete definitivo da Constituição brasileira é o Supremo Tribunal Federal, que tem, como os próprios ministros gostam de repetir, a prerrogativa de errar por último. Não se trata, portanto, de uma discussão sobre se deve ou não haver ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, pois a Constituição estabelece expressamente que ele existe.

A questão é saber se o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras deve ou não ser confessional e como será a seleção dos materiais e dos professores que vão ministrar esta disciplina. E, mais importante, tornar pública e de amplo conhecimento aos pais, no momento da matrícula, que a disciplina é optativa. Os

EXPEDIENTE



Ano XXVII - Nº 277
Abril de 2014

Rua Marinho Lobo, 512 Sala 40
89201-020 Joinville - SC
Fone: (47) 3433 6120 e 30272160

Endereço Eletrônico:

www.jornaldaeducacao.inf.br
jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br

Jornalista Responsável:

Maria Goreti Gomes DRT/SC

ISSN 2237-2164

Reg. Especial de Título nº 0177593

Impressão: AN

Tiragem desta edição: 4000

Distribuição dirigida a assinantes, anunciantes e estabelecimentos de ensino de 30 municípios das regiões de Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul/Mafra e Timbó.

Os artigos e colunas assinados são de responsabilidade de seus autores

Cartas

Jornal da Educação

Opinião do leitor

Rua Marinho Lobo, 512 Sala 40
Fone: (47) 3433 6120 e 84150630
89201-020 - JOINVILLE - SC

Endereço Eletrônico:

opiniao@jornaldaeducacao.inf.br

sistemas de ensino devem estabelecer e prever quais atividades serão ministradas aos estudantes que optarem por não frequentar as aulas de ensino religioso.

Que se cumpra a LDB, que estabelece em seu art.33, §1º, que "os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores".

E que o dinheiro dos catarinenses seja usado na compra de livros de conteúdo laico, já que nenhuma Bíblia, seja de qual religião for, não poderá ser usada nas aulas de ensino religioso ou outra qualquer nas escolas da rede pública.

Dizer que a liberdade religiosa (e o respeito) estaria garantida, porque a disciplina é facultativa ou porque a Bíblia a ser distribuída é da religião a que o aluno escolher, é balela.

A matrícula é facultativa, mas a necessidade inerente a toda pessoa de se sentir pertencente e aceita pela sociedade, torna este ensino obrigatório e discriminatório.

OPINIÃO DO LEITOR

Deixe a leitura fazer parte do seu dia

Por Christian Barbosa*

Costumo dizer que o tempo para a leitura é uma das coisas mais importantes em nossas vidas. No entanto, pesquisas apontam que o brasileiro costuma ler pouco.

No último ano, por exemplo, um estudo piloto do IBGE, realizado com mais de 5 mil pessoas com dez anos ou mais nos Estados do Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco e no Distrito Federal, apontou que a leitura ocupa em média seis minutos de um dia. Já o tempo gasto na frente da televisão é de duas horas e trinta e cinco minutos. Além disso, em 2012, o Instituto Pró-Livro destacou que no Brasil são lidos apenas dois livros inteiros por ano.

A leitura é vista por muitos como uma ação sem importância alguma, porém, um livro nos faz sonhar e aprender. Ele é capaz de transformar qualquer pessoa. Por isso, para ajudar a dar um basta nesses índices negativos, escolha um livro e confira algumas dicas que eu selecionei para colocar a sua leitura em dia.

1 – Menos TV, mais leitura – Se você diminuir o tempo que assiste TV com programas inúteis e utilizar esse tempo para ler um livro, será muito benéfico. Pode ser difícil para quem é viciado em televisão trocar a novela por um bom livro, por exemplo, mas recomendo que essa pessoa escolha um dia por semana para fazer essa substituição. Trocar um dia de novela por um livro pode fazer um bem enorme para a mente.

2 – Crie seu canto de leitura – Escolha um lugar no seu ambiente preferido e decore-o para facilitar sua leitura, como uma boa cadeira, luminária, incenso, música ambiente etc. Utilize esse espaço sempre que for ler. Esse pequeno cantinho criará uma âncora visual, sinestésica e auditiva e facilitará a motivação para a leitura.

3 – Leitura seletiva – Você não precisa ler tudo que falam para você ler. Eu tenho o hábito de comprar apenas livros que realmente me interessam e, quando escolho uma obra para ler, analiso o índice, leio o prefácio e, se possível, seleciono apenas os capítulos que me interessam e pulo os que são perda de tempo ou que têm pouco valor para agregar. A maioria dos livros técnicos permite isso.

4 – Foque em no máximo dois livros – Evite ler muitos livros simultaneamente, isso reduz sua produtividade de leitura e ainda tira o foco. Escolha um livro para deixar no seu canto de leitura e outro menor para carregar sempre. Esse servirá para ler na espera do médico, na sala do aeroporto, no ônibus, no metrô etc.

5 – Leitura dinâmica – Já fiz dois cursos de leitura dinâmica na minha vida e posso

dizer que eles realmente funcionam, é só seguir as atividades sugeridas. A dica essencial é ler em blocos em vez de palavras isoladas. Para começar, foque em três palavras por vez, depois vá aumentando o número de palavras até conseguir focar na linha toda. Outra dica é evitar o hábito da leitura labial ou mental. Tem gente que até fala a palavra que está lendo, isso condiciona sua velocidade de leitura. Se você tem esse hábito, uma solução é colocar um lápis na boca e mordê-lo, até que essa mania suma da sua vida.

Hoje, também temos os aplicativos e sites que utilizam técnicas semelhantes. Esse formato aposta na apresentação visual rápida e em série das palavras, conhecida por RSVP.

6 – Partes em vez de todo – Em casos de livros técnicos, selecione apenas os capítulos importantes, que ajudarão na elaboração de um projeto, por exemplo.

7 – Armazene o importante – Se você está lendo um livro que seu conteúdo merece ser relido e recuperado posteriormente, existem três formas de fazer isso com mais produtividade:

a) Marcadores – Utilize canetas de marcação de textos e grife o que achar importante. Além disso, quando algo é realmente útil e deverá ser usado, coloque uma anotação na contra capa do livro, algo do tipo: “Página 12 – Utilizar essa referência para a palestra X”;

b) Mapas mentais – Utilizo muito a técnica de mapas mentais para resumir livros, reuniões e ter ideias. Vale a pena durante a leitura, utilizar um software que faça mapas mentais e resuma os principais conceitos do livro;

c) Softwares – Se você usar aplicativos como OneNote, Evernote, entre outros, poderá criar uma base de conhecimento pessoal e recuperar suas informações quando necessário. Tirar a foto do livro e colar nesses programas também ajuda a ganhar tempo.

*Christian Barbosa - Maior especialista no Brasil em administração de tempo e produtividade, é CEO da Triad PS, empresa multinacional especializada em programas e consultoria na área de produtividade, colaboração e administração do tempo. Ministra treinamentos e palestras para as maiores empresas do país e da Fortune 100. Autor dos livros "A Tríade do Tempo"; "Você, Dona do Seu Tempo"; "Estou em Reunião"; co-autor do "Mais Tempo, Mais Dinheiro"; e "Equilíbrio e resultado – Por que as pessoas não fazem o que deveriam fazer?". Sua mais nova obra: "60 Estratégias práticas para ganhar mais tempo".
www.triadps.com.br e www.maistempo.com.br

Dia Mundial do Livro e o protagonismo da sociedade

Karine Pansa*

O empoderamento da sociedade, conceito cada vez mais difundido mundialmente na busca da emancipação individual e da consciência coletiva necessária à outorga do estatuto da cidadania a todas as pessoas, tem direta relação de causa-efeito com a democratização do conhecimento. Por isso, é tão relevante o Dia Mundial do Livro e dos Direitos Autorais (23 de abril), instituído pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Afinal, a leitura é a grande provedora do saber, informação e formação de indivíduos livres.

A celebração — uma homenagem a Miguel de Cervantes e William Shakespeare, falecidos nessa data, em 1616, bem como ao nascimento e morte de escritores como Maurice Druon, K. Laxness, Vladimir Nabokov, Josep Pla e Manuel Mejía Vallejo — tem especial significado para o mercado editorial brasileiro em 2014, quando será realizada a 23ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, de 22 a 31 de agosto, no Parque Anhembi. Terceira maior feira do gênero em todo o mundo, sua realização sintetiza o esforço permanente da Câmara Brasileira do Livro (CBL) de estímulo à leitura.

Nesse sentido, a entidade também apoia feiras de livros que acontecem em todas as regiões do País e atua em várias frentes, como a realização do Prêmio Jabuti, o mais importante do setor editorial brasileiro, que posiciona o livro num elevado patamar de visibilidade perante a opinião pública. Referendamos, com ações práticas, as metas do Dia Internacional do Livro, disseminando a cultura da palavra escrita e contribuindo para que número crescente de brasileiros tenha acesso à leitura.

Por essa razão, o setor editorial também defende os programas de alfabetização, uma prioridade ante os dados do 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, da Unesco: do total de 774 milhões de adultos analfabetos no planeta, 72% deles estão em dez países, dentre eles o Brasil. No ranking de analfabetos adultos, nosso país Brasil aparece em 8º lugar, ficando atrás da Índia, China, Paquistão, Bangladesh, Nigéria, Etiópia e Egito.

A causa da disseminação da leitura nos coloca outras tarefas. Uma delas é a criação de políticas mais vigorosas para revitalizar as bibliotecas públicas. O fortalecimento do mercado editorial passa, ainda, pela geração de negócios e a promoção da imagem institucional do livro e das editoras brasileiras, inclusive no mercado internacional, como vem sendo feito por meio do programa Brazilian Publishers, convênio entre a CBL e a Apex-Brasil. Outra lição de casa das editoras é potencializar o Vale-Cultura, cujas metas são ambiciosas como oportunidade para que mais brasileiros passem a ler.

Dentre os avanços e os desafios relativos à multiplicação do hábito de leitura, é importante reiterar, por ocasião do Dia Mundial do Livro e dos Direitos Autorais, valores fundamentais: um povo mais instruído cuida melhor de sua saúde, valoriza o ensino, repudia a violência, a discriminação e a intolerância, trabalha com mais produtividade e tem maior consciência ambiental. É por isso que o livro contribui para o empoderamento e o protagonismo da sociedade em um Estado verdadeiramente democrático!

*Karine Pansa, empresária do setor editorial, é presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL).



PROFESSOR

Seu trabalho resultou em aprendizagem? Compartilhe com seus colegas. Chame o JE para fazer reportagem!

Mande sua sugestão para: jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br



Porque as escolas públicas não têm psicólogos?

A capital da Paraíba, João Pessoa, na sua rede municipal de ensino, implantou psicólogos escolares e assistentes sociais no seu quadro de funcionários, atuando de forma conjunta também com orientadores e supervisores escolares. As notas do Ideb começaram a subir, mostrando a validade dessa parceria. A nota do Ideb da escola dos meus filhos (nos mudamos recentemente para esta cidade) é a segunda maior do Nordeste, a melhor da Paraíba, dentre públicas e particulares: 6,1.

Chama-se Aruanda. Pode ser que os profissionais da sala de aula tenham feito a diferença, também creio nisso, mas é inegável que a presença de psicólogos nas escolas municipais tenha relação com o aumento das notas nas provas de verificação.

A imensa maioria das cidades e dos Estados não pensa na questão. Afinal, a imensa maioria não vê como positivas a melhoria da qualidade das aulas, dos conteúdos e da formação da cidadania.

Agora, por exemplo, para o deputado estadual Kennedy Nunes, é prioridade aprovar o projeto de distribuição de kit's bíblicos nas escolas públicas, com dinheiro do povo (cristãos e não-cristãos) embora o Estado seja laico (neutro; leigo, creio que ele nem saiba isso). Para tal deputado (evangélico), só existe cristianismo no mundo. Ele poderia usar a mesma força política para o projeto de psicólogos escolares nas escolas estaduais. Mas isso não agradaria seus eleitores. Nem ajudaria a alienar o povo.

O papel do psicólogo escolar é o de atuação no planejamento e execução de ações específicas para a saúde mental e o equilíbrio educacional dos membros da

comunidade escolar.

É o profissional que analisa, discute, coordena e delimita ações voltadas para a aprendizagem, para a formação da cidadania, para o equilíbrio das relações entre os atores da cena educacional e suas correlações: professores e especialistas, funcionários da escola, alunos, pais, profissionais da saúde (nutricionistas, fonoaudiólogos, psicopedagogos, médicos...) que trabalham com o contexto escolar.

O psicólogo escolar trabalha com a análise das metodologias de trabalho, colaborando na parceria com supervisores, orientadores, coordenadores pedagógicos. Tanto na orientação de práticas de ensino efetivas, para esclarecimento sobre as questões do desenvolvimento mental, maturidade do desenvolvimento para determinadas abordagens, quanto nas formas de avaliação, de recuperação de déficits de aprendizagem e no desenvolvimento de projetos de ensino.

Também atua nos processos de inclusão, onde se estuda e se implantam as melhores práticas de inserção da pessoa com deficiência na comunidade escolar.

Outra vasta gama de atuação do psicólogo escolar é na identificação de dificuldades, distúrbios e problemas de aprendizagem, como dislexia, discalculia, déficits de atenção, distúrbios de maturidade de desenvolvimento ou de personalidade.

Também atua na instrumentalização de educadores para lidar da melhor forma possível para a aprendizagem de todos. Trata do encaminhamento, providencia-se o devido retorno para a comunidade escolar: diagnóstico profissional, comunicação com os pais, procedimentos, orientações, esclarecimentos, preparo das turmas para lidar com as diferenças,

preparo e capacitação dos professores, análise das atuações dos demais profissionais são algumas das atuações a partir dos distúrbios de aprendizagem. Capacitar e instrumentalizar professores, pais e comunidade escolar para lidar com as diferenças advindas de danos à aprendizagem ou ao comportamento também entra nesse rol.

Outra atuação do psicólogo escolar abrange o debate de temas sociais que desenvolvam a cidadania e o preparo para um mundo pluralista: sexualidade, a prevenção contra o Bullying, a compreensão das sexualidades, a prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, os debates sobre temas polêmicos na sociedade, como a pedofilia (e sua prevenção) a compreensão sobre as leis e a cidadania, sobre o consumo e o consumismo, sobre o meio ambiente, sobre a amizade, o respeito às diversas religiões cristãs e não cristãs, o respeito às diferenças culturais em geral são da alçada do psicólogo escolar. Promover a amizade, prevenir e mediar conflitos na comunidade escolar também faz parte do trabalho.

O diálogo com os pais nas suas dúvidas, ouvir as queixas dos alunos sobre suas famílias e sobre suas vidas, lidar e colaborar com órgãos de defesa do Menor, como Conselho Tutelar e Promotoria da Infância e Juventude fazem parte das ações da Psicologia Escolar.

Ou seja, é ou não e um universo amplo e maravilhoso a Psicologia Escolar? Pena que os políticos não lêem jornais, muito menos os de Educação. Talvez, se você mandar este texto a um deputado ajude a trazer um projeto de inserção de psicólogos escolares. Tente! Para o Kennedy, mandemos todos!

Polêmica

Kennedy quer distribuir bíblias para estudantes

Florianópolis – Projeto de lei do deputado estadual Kennedy Nunes (PSD) prevê a distribuição de um kit bíblico a alunos da rede estadual. Mesmo antes de ser discutido na Assembleia Legislativa, o assunto está causando uma grande polêmica, principalmente nas redes sociais, com críticas e defesas fervorosas da ideia. Kennedy Nunes propõe que as bíblias sejam compradas pelo governo do Estado e distribuídas sem custos para os estudantes de seis a 12 anos. Caso o projeto do deputado

seja aprovado pela Alesc, será acrescentado o ensino das histórias bíblicas na rede estadual, mas de forma extracurricular, fora do horário oficial. Kennedy explica que a Bíblia será escolhida segundo a religião do aluno, em versão católica ou evangélica. Uma fala do deputado no Twitter provocou mais polêmica do que o projeto em si. Quem é contra a proposta, principalmente, criticou o fato de Kennedy afirmar que “falta de religião faz do ser humano um androide”.

Câmara promove seminário sobre a primeira infância

Brasília – A Câmara dos Deputados realizará em 7 de maio o II Seminário Internacional Marco Legal da Primeira Infância. A segunda edição do evento visa consolidar a proposta de aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da inclusão do tema da Primeira Infância no texto legal.

O seminário - que ocorrerá no Auditório Nereu Ramos, das 8h às 18h - contará com a participação de parlamentares e de especialistas no tema, procedentes de diversos países.

O evento faz parte das ações da Frente Parlamentar da Primeira Infância e da Comissão Especial da Primeira Infância da Câmara dos Deputados. As inscrições ficarão abertas até 6 de maio, e podem ser feitas pelo link disponível no portal da Câmara (www.camara.leg.br/eventos-divulgacao/eventosprogramados).

Uma das atividades previstas no seminário é o debate em torno das pesquisas acadêmicas e das boas práticas adotadas pelos atores sociais. Para tanto, haverá uma sessão especialmente dedicada à apresentação de pôsteres (banners) relacionados a temas da primeira infância. Os interessados poderão participar enviando a versão digital das peças para o endereço seminario.primeirainfancia@gmail.com.

Primeira edição

O Seminário Internacional Marco Legal da Primeira Infância foi idealizado para discutir a articulação de políticas públicas – nas áreas educacional, social, de saúde, dentre outras – voltadas às crianças de 0 a 6 anos, bem

como às gestantes e às famílias. A intenção é contribuir para a construção de um marco legal para as políticas públicas de promoção do desenvolvimento humano, com ênfase no período da primeira infância.

Em 2013, a primeira edição do evento contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas, de vários estados do Brasil e de países da América Latina, além do Canadá e da China. Em consequência, em dezembro daquele ano foi apresentado o Projeto de Lei 6998/13 e em fevereiro de 2014 foi criada a Comissão Especial da Primeira Infância, a fim de analisar a proposição.

Desenvolvimento infantil

A primeira infância é uma fase crucial no desenvolvimento infantil, determinante na formação das habilidades humanas que definirão a realização pessoal do indivíduo e sua integração à sociedade. Segundo a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - uma das entidades parceiras da Câmara na realização do evento, junto com a Fundação Bernard Van Lee -, 70% das conexões cerebrais ocorrem de zero a 3 anos de idade; daí a necessidade de oferecer às crianças pequenas todas as ferramentas para que possam se desenvolver plenamente.

Inscrições: até 6 de maio, no site da Câmara (www.camara.leg.br/eventos-divulgacao/eventosprogramados)

Data/Hora/Local: 7 de maio, das 8 às 18 horas, no Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados – Brasília - DF

A certeza de vida longa aos livros

Os números atestam o sucesso da 11ª Feira do Livro de Joinville, realizada de 4 a 13 de abril, no Expocentro Edmundo Doubrava. O evento recebeu cerca de 75 mil visitantes. O gênero mais procurado foi o infantojuvenil, mostrando que os livros terão, sim, vida longa, mesmo com a concorrência cada vez mais acirrada da internet.



Pedro Bandeira autografou, conversou e se divertiu com leitores

Como não se deixar envolver por histórias contadas por autores como Ana Maria Machado, Pedro Bandeira e Leo Cunha, entre muitos outros? Ana, Pedro e Leo foram algumas das estrelas que garantiram o sucesso desta edição da feira, que envolveu o grande público em uma programação diversificada, dinâmica e atraente.

A organização não tem dúvida: a cada ano, a feira se consolida como um dos principais eventos culturais da cidade. Autores renomados em vários campos da literatura brasileira compartilharam vivências com os visitantes. Trinta escritores convidados, de várias cidades do País, entre os quais, 20 de Joinville e região, incrementaram a feira.

No palco do Expocentro e do Teatro Juarez Machado, para palestras e debates, subiram Elisa Lucinda (poetisa, escritora e cantora), Léo Cunha (escritor infantojuvenil), Cláudia Alencar (poetisa e atriz), Maitê Proença (atriz e escritora), Luiz Salém (comediante) e Pedro Bandeira (autor infantil) e Ana Maria Machado, entre outros. Alguns deles, como Léo Cunha, receberam um público tão numeroso que acabaram falando duas vezes, em palestras sucessivas. Crianças e adolescentes de escolas locais lotaram o Teatro Juarez Machado para compartilhar o conhecimento e o alto astral de Leo Cunha.

Nascido em Porto Alegre (RS), o escritor já publicou mais de 40 obras infantis e juvenis, livros de crônicas e contos. O autor recebeu premiações como o Prêmio Nestlé, Jabuti, João de Barro e o prêmio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FMLIJ). Também já foi premiado como professor de jornalismo e é membro do Coletivo 21, um grupo de escritores mineiros.

O tema das obras de Leo Cunha envolve diferentes públicos e atrai leitores de todas as idades. Crianças e adolescentes de



Joinville souberam aproveitar a oportunidade de aprendizado.

Não apenas palestras e lançamento de livros movimentaram os dez dias da feira. O grande público também pôde conferir atividades culturais envolvendo muita música, contação de histórias, teatro e cinema.

"Estamos bastante satisfeitos com os resultados e com o apoio da comunidade, que mais uma vez prestigiou o evento. Agradecemos também aos patrocinadores e demais apoiadores, que compreenderam a relevância da feira como evento cultural", destaca a coordenadora da feira, Sueli Brandão.

A poesia também teve vez na feira. O cineasta Luiz Carlos Lacerda, que já dirigiu cerca de 30 filmes sobre personalidades da cultura brasileira, lançou seu primeiro livro de poemas, "Os Sais da Lembrança". A Associação Confraria dos Escritores também fez o lançamento de obras de autores joinvilenses.

**O Jornal da Educação está
no FACEBOOK
Leia e curta nossa página**



Diálogos Literários, um sucesso

Um dos eventos de grande sucesso na feira foi a série de debates Diálogos Literários, em que escritores relataram sua trajetória e o envolvimento com a escrita. Também interagiram com o público, saciando a curiosidade sobre o dia a dia de um escritor.

Pedro Bandeira era um dos mais escritores mais aguardados, por ter marcado gerações com suas obras. Ele tem mais de 80 títulos publicados, entre eles, "A Droga da Obediência". O autor já foi consagrado com o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, e a Medalha de Honra ao Mérito Braz Cubas, da cidade de Santos (SP).

Pedro Bandeira começou a escrever livros infantojuvenis quando já tinha 40 anos. Ele seguiu este caminho, porém, só depois de muita pesquisa. Seu conhecimento sobre a psicologia do desenvolvimento infantil o capacitou, inclusive, a receber convites do País inteiro para dar palestras para profes-



"Li tanto que entornou e comecei a escrever", disse a escritora Ana Maria Machado

sores sobre o assunto.

No penúltimo e no último da feira (12 e 13 de abril, sábado e domingo), quem subiu ao palco do Teatro Juarez Machado foi a consagrada escritora Ana Maria Machado, de 72 anos. A carioca integra a Academia Brasileira de Letras e já publicou mais de 100 livros no Brasil e em 25 países.

"Sinto-me agradecida por estar em Joinville", disse Ana no início do encontro, "pois tem um sabor de virada de jogo, de a gente poder se encontrar". A fala se explica porque ela era esperada com grande expectativa na edição da feira do ano passado, mas contratempos a impediram de chegar a Joinville.

No Diálogos Literários com Ana Maria Machado, ela deu detalhes de como se apaixonou pela literatura, que foi uma herança dos pais e avós, cujas casas tinham sempre livros espalhados por todos os lados. "Li tanto que acumulou e comecei a entornar. E então comecei a escrever", disse a escritora a um público atento, composto de adultos, jovens e crianças.

A escritora lembrou sua origem de família humilde, "que valorizava o livro até como forma de ascensão social". A mãe dela lia sem parar. Parava todo dia por meia hora para ler, e gostava dos clássicos, como Tolstói e Machado de Assis. Mesmo os nove filhos não a afastaram do prazer de ler. "Lembro da minha mãe amamentando



Bate-bapos com o escritor Léo Cunha (à dir) atraíram crianças e jovens, que ajudaram a fazer da 11ª Feira do Livro um sucesso

um bebê e lendo um livro ao mesmo tempo. Ela defendia seu direito sagrado de parar ao menos meia hora por dia para ler", contou Ana Maria Machado.

O pai era um autodidata e também lia muito, constituindo uma formação que não havia na escola. Ele e a esposa conversavam muito sobre literatura, e os filhos tinham vontade de entrar naquele mundo.

"Minhas memórias literárias começaram aí. Na minha casa tinha livro em todo canto, ele era valorizado como um item precioso, não se imaginava viver sem ler. Tínhamos o hábito de procurar o que não entendíamos no dicionário. Percebi e entendi que o convívio íntimo com o livro leva à ascensão social no Brasil."

O problema no País é que raramente a população é incentivada a se aproximar da leitura. "As campanhas de fomento à leitura no Brasil têm estado mais próximas

do paternalismo e do clientelismo do que formas de aproximar as pessoas do livro", criticou a autora.

Ana Maria Machado não pensava em ser escritora. "Lia e escrevia como uma coisa natural, como comer e dormir. Cartas e bilhetes eram formas de comunicação." Mas as tantas leituras transbordaram e transformaram a devoradora de livros em uma escritora que desperta a mesma curiosidade em milhares de leitores.

E como foi, além de encantar adultos, desfilar suas letras mágicas também entre o público infantojuvenil? Ana Maria Machado responde: "Eu já escrevia para adultos e sabia que tinha jeito para escrever. Conhecia muito bem a língua (era professora de português), estava começando a trabalhar numa tese de doutorado sobre Guimarães Rosa. Língua e literatura eram meu elemento. Por que não para crianças também?"

Não vi nenhum motivo para excluí-las de minha preocupação estética com o uso da linguagem, terreno onde sempre me movi.

Então somei, ampliei e incluí a criança nessas minhas vivências da arte da palavra."

Sobre o discurso fácil de que diante de tantas distrações tecnológicas é impossível fazer com que as crianças se atraiam, hoje, para a leitura, a escritora faz comparações com o passado e garante que ocorre exatamente o contrário: "Nós tínhamos quintal, espaço para brincadeiras, jogos. Apesar de todas essas distrações, de muita diversão na rua, a gente também lia porque a 'gente grande' em volta também lia. Li o que meu avô lia, o que meu pai e minha mãe indicavam, o que meus amigos emprestavam. Lia e escrevia". E nunca se escreveu tanto como atualmente, destacou Ana. "São mensagens sem parar", constata, otimista com o presente e o futuro da literatura.



Espaço para os diversos gêneros literários

Entre os gêneros contemplados na 11ª Feira do Livro, escritores de literatura infantil e infantojuvenil, poesia, história, dramaturgia, romance e crônica marcaram presença. Os leitores e puderam contato direto com os escritores, nas sessões de bate-papo e autógrafos e nos diversos lançamentos de livros.

Palestras, aulas-show e oficinas fomentaram, nos dez dias do evento, o aprendizado de leitores e autores, com abordagens que foram desde a criação até a apreciação literária. Os participantes debateram sobre cinema, mediação de leitura, produção de livros e crônicas, teatro e poesia.

Apresentações de dança, teatro, mara-

tonas de contos e sessões de cinema com exibição de curtas e documentários foram incluídas na programação. A premiação dos concursos Leitores de Joinville e Contadores e Leitores de Histórias foi outro destaque, com o reconhecimento de jovens e adultos que se dedicam à escrita e à declamação de textos.

Cinquenta e cinco expositores deram fôlego à feira, entre livrarias, sebos e editoras de Santa Catarina e outros Estados. Esta edição também teve um estande voltado exclusivamente para os autores de Joinville, mostrando que a cidade está evoluindo bastante na produção literária, tanto em quantidade quanto em qualidade.

Prêmios a leitores de Joinville

Os estudantes que demonstraram maior habilidade na escrita e no envolvimento com o universo literário se destacaram no Concurso Leitores de Joinville, promovido pela 11ª edição da Feira do Livro de Joinville. Os ganhadores de cada categoria foram reconhecidos por sua dedicação aos livros e à produção textual.

O Concurso Leitores de Joinville foi dividido em três categorias e cada modalidade determinou o desenvolvimento de um trabalho com enfoque relacionado à literatura. Na categoria Ensino Fundamental – Séries Iniciais, os alunos precisavam redigir um texto com o tema “Eu e os Livros”. Os ganhadores foram Felipe dos Santos Bergemann, da Escola Municipal Germano Lenschow, Lucas Gabriel, do Colégio Machado de Assis, e Samara dos Santos, do Caic Desembargador Francisco de Oliveira.

Na categoria ensino fundamental – séries finais, os estudantes precisavam produzir uma dissertação a partir do tema “O Livro da Minha Vida”. Os selecionados foram Vitor Ferreira, da Escola Municipal Doutor Sadalla Amin Ghanem; Eduarda Fernandes, do Colégio Machado de Assis; e Fernanda Paulichen, da Escola Municipal Dr. José Antônio Navarro Lins.

Os estudantes do ensino médio produziram uma dissertação com referências a obras escritas por autores convidados para a Feira do Livro, como Ana Maria Machado, José Roberto Torero, Pedro Bandeira, Ronaldo Correia de Brito e Stella Maria Rezende. Nesta categoria a vencedora foi a aluna Barbara Helena Hostim Moreira, do Colégio Santo Antônio.

O Concurso Leitores de Joinville teve a participação de mais de 270 estudantes e os trabalhos foram avaliados por uma comissão julgadora que considerou aspectos como originalidade, adequação à proposta e clara autoria do aluno. Os vencedores e os professores responsáveis foram premiados com vales-livros para aquisição de obras na feira.



Aluno premiado, entre Sueli Brandão e Roque Matei

A premiação ocorreu no primeiro dia do evento, no palco principal, quando também foram premiados os ganhadores do concurso Contadores e Leitores de Histórias.

“Leitura é essencial à vida”, diz aluno premiado

Felipe, de dez anos, aluno do 5º ano da Escola Municipal Germano Lenschow, e Samara, 11 anos, do 5º ano do Caic Francisco José Rodrigues de Oliveira, venceram na categoria Séries Iniciais. Em seus textos, escreveram sobre o tema “Eu e os livros”. Felipe encara a leitura como algo essencial à vida. “Como as pessoas vão saber das coisas, se informar, sem ler jornal, revista?”, pergunta. Para Samara, que vem lendo uma obra de Monteiro Lobato por semana, incentivada por projeto desenvolvido em sala de aula, a leitura é uma oportunidade de conhecer o mundo.

Vitor, 14 anos, aluno do 9º ano da Escola Municipal Sadalla Amim Ghanem; e Fernanda, do 9º ano da Escola Municipal José Antônio Navarro Lins, foram os vencedores na categoria Séries Finais e escreveram sobre o tema “O livro da minha vida”. Vitor escolheu para seu texto a obra “A menina que roubava livros”, de Markus Zusak, e levou outra obra do autor com o seu vale-livro: “Eu sou o mensageiro”. “A culpa é das estrelas”, de John Green, é o livro da vida de Fernanda.



A estudante de jornalismo Priscilla lançou seu primeiro livro de crônicas e falou com o público na Feira



Os livros infantojuvenis foram os mais vendidos nesta 11ª edição

Nove contadores de histórias se destacaram em concurso

Dos candidatos inscritos no concurso Contadores e Leitores de Histórias, nove participantes foram escolhidos para encantar o público da Feira do Livro. Além de garantirem sua participação na feira, eles também receberam Como prêmio, eles receberam vales-livro.

Os ganhadores foram Ariana dos Santos, Alysson de Souza, Elaine Oliveira, Fabricia da Luz, Isadora da Silva, Jaqueline Gonçalves, Kátia Vallelazzareschi, Rafaella Narciso e Rebeca Montes. Durante a feira, eles protagonizaram sessões de contação de histórias escritas por autores convidados do evento, como Leo Cunha, Ricardo Azevedo e Pedro Bandeira.

Crianças, jovens, professores e representantes da comunidade participaram da seletiva do concurso e impressionaram a comissão julgadora com seu desempenho. “As apresentações dos contadores e leitores de histórias foi incrível. Houve candidato com fantasias, com instrumentos musicais e outros elementos utilizados para abrilhantar ainda mais o processo de mediação de leitura. Ficamos muito satisfeitos com o resultado”, disse Sueli Brandão, organizadora do evento. Entre os critérios de avaliação, foram consideradas a capacidade de comunicação, voz, entonação e ritmo adequados à narrativa, empatia e envolvimento com o público.



Feira abriu espaço para contadores de história

Os selecionados

Jaqueline Gonçalves
Kátia E. F. Vallelazzareschi
Isadora Marutti da Silva
Elaine Oliveira
Ariana Passos dos Santos
Alysson R. de Souza
Fabricia Cristina Pereira da Luz
Rebeca Montes
Rafaella Narciso

Valorização dos escritores joinvilenses

A 11ª Feira do Livro teve um espaço exclusivo para a produção literária de Joinville. Escritores da cidade fizeram o lançamento de obras e a venderam durante o evento, em um estande destinado à valorização da produção literária local. Dezenas de escritores de Joinville e região integraram programação e atuaram na divulgação de suas obras. Um espaço que já existia na edição anterior, mas que ganhou proporções bem maiores neste ano, o que evidencia o amadurecimento da produção literária na cidade-sede do evento.

“Disponibilizamos este espaço aos escritores regionais porque, além de reconhecer e valorizar os talentos joinvilenses, também queremos incentivar a produção literária local”, disse Sueli Brandão, organizadora do evento. Os escritores joinvilenses puderam se aproximar dos leitores e interagir de forma constante com o público para o qual seus livros são destinados. O presidente da Associação dos Escritores de Joinville, David Gonçalves, lembrou que na edição anterior os escritores joinvilenses já tiveram um espaço no evento, mas neste ano a participação foi melhor articulada e muitas pessoas se motivaram a integrar o evento.

“É uma vitrine cultural para mostrar o que os nossos autores estão produzindo. Um incentivo muito bom à prática literária no município”, afirmou David Gonçalves.



Concurso vai premiar autores de Joinville

O concurso Contos de Joinville, iniciativa apoiada pelo Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec), vai premiar as melhores histórias inéditas da cidade. Serão R\$ 3 mil em prêmios. O primeiro colocado receberá R\$ 1,5 mil, o segundo levará R\$ 1 mil e o terceiro ficará com R\$ 500.

Essa também é a chance para quem deseja começar a escrever seus primeiros contos, pois jovens a partir dos 16 anos podem participar do concurso. A única exigência é que o candidato deve comprovar que mora em Joinville. Essa regra busca valorizar e incentivar os escritores locais. Também é necessário que o conto nunca tenha sido publicado, total ou parcialmente, em jornais, internet, livros ou qualquer outro meio de comunicação.

Os contos inscritos no concurso serão publicados no blog contosdejoinville.blog.com, após a divulgação do resultado. Neste site, ainda é possível encontrar todas as informações sobre como participar e dicas para escrever seu texto. As inscrições vão até o dia 5 de maio e os vencedores devem ser conhecidos em agosto.

A avaliação dos contos será feita por uma comissão formada por três profissionais das áreas da literatura e afins (jornalismo e letras).

Como se inscrever

Os interessados em participar do concurso Contos de Joinville devem enviar, em um envelope grande identificado apenas pelo pseudônimo, quatro cópias do texto e os documentos que habilitem sua inscrição (nome completo, endereço, telefone, e-mail, cópia do RG e comprovante de residência). Esses dados pessoais devem ser lacrados em um envelope menor também identificado apenas pelo pseudônimo.



Escritor David Gonçalves (E) e outros escritores joinvilenses lançaram obras na feira

O endereço para envio é CONCURSO CONTOS DE JOINVILLE – Rua Albano Schmidt, 497 – Boa Vista – Joinville – SC

– 89205-101. O passo a passo da inscrição também está disponível em contosdejoinville.blog.com/comoseinscrever.

Retratos da leitura



Sueli Brandão (E), organizadora da feira, e Maria Antonieta Cunha (D), curadora do evento

“Retratos da Leitura no Brasil” foi a primeira das várias palestras que integram a programação da 11ª Feira do Livro. A curadora do evento, Maria Antonieta Cunha, falou sobre a importância da leitura, a relevância da literatura como arte e citou aos presentes a obra “O Poeta e o Carteiro”, de Pablo Neruda.

A 11ª Feira do Livro teve o patrocínio da Britânia, a parceria da Prefeitura de Joinville, por intermédio da Fundação Cultural de Joinville, como correalizadora, e o apoio de diversas empresas da região.



Escola de Natação C3
28 anos de tradição

Natação para bebês,
crianças e adultos
Hidroginástica para adultos
gestante e terceira idade

Professores Especializados
Diversos Horários
Fone 3433 5274
www.natacaoc3.com.br

Desconto de até 20% para pagamento com
cheque pré-datado
*Contrato mínimo de três meses

Rua José Elias Giuliani, 71 Boa Vista - Joinville - SC

Texto-base do PNE é aprovado em comissão

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10) aprovou no último dia 22 de abril o texto-base do projeto. O colegiado aprovou ainda o destaque que trata da questão de gênero no PNE – o tema provocou polêmica entre grupos de militantes dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) e de representantes de igrejas.

A emenda aprovada recuperou a redação do Senado no artigo que determina a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.”

O relator, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), havia optado pela redação aprovada pela Câmara em 2012 que determinava a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Como foi alterado no Senado, o PNE – que traz diretrizes para o ensino nacional nos próximos dez anos – voltou para exame dos deputados. Depois da comissão especial, o texto seguirá para o plenário.

Para o deputado Izalci (PSDB-DF), autor da emenda, o texto do Senado é mais amplo, o que pode garantir a segurança de um maior número de pessoas, e está de acordo com a Carta Magna. “A Constituição proíbe qualquer tipo de discriminação. Portanto, aprovamos o texto mais correto, que reproduz o dispositivo constitucional.”

A professora de ensino médio em Santa Catarina Marta Vanelli afirmou que vê diariamente na escola discriminação de gênero, raça e orientação sexual. Para ela, excluir essa explicitação do PNE representa um retrocesso.

“Mas tenho certeza de que as escolas vão continuar combatendo esse tipo de preconceito porque a gente quer uma sociedade melhor para todos e todas. Uma sociedade igualitária, com justiça social”, disse Marta.

Financiamento público

O texto aprovado garante 10% do PIB para o ensino público. Existem, no entanto, três emendas que querem retirar desse percentual investimento público em educação programas como o Ciência sem Fronteiras, o Fies – além do Pronatec e do ProUni –, creches e pré-escolas conveniadas e a educação especial.

O projeto aprovado na CE traz 101 modificações do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), que retoma alguns pontos da proposta original suprimidos pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PNE é composto de 14 artigos com 20 metas. O plano tem duração de dez anos e conta com diretrizes como a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar.

Prazos

Entre as mudanças, estão a reinserção do prazo de um ano para que Estados e municípios elaborem os respectivos planos de educação e a reinclusão do prazo de dois anos para que os entes federados implementem e disciplinem a gestão democrática da educação pública.

Investimento

O relatório também reincorpora a determinação de que o investimento público seja feito preferencialmente no setor público, admitindo, no entanto, os investimentos em escolas comunitárias ou filantrópicas de educação infantil e especial, além de programas como o Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e o Ciência sem Fronteiras, entre outros.

O relator incluiu também novas medidas sugeridas por convidados das audiências públicas realizadas pela comissão. Uma delas reforça o caixa da educação, para que se alcance a meta dos 10% do produto interno bruto para o setor. Também aceitou proposta de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para que 50% dos bônus de assinatura dos contratos de produção de petróleo e gás natural na área do pré-sal sejam destinados ao ensino.

Segundo Alvaro Dias, se essa medida já estivesse em vigor, o leilão de Libra teria propiciado R\$ 7,5 bilhões adicionais para a educação.

O relatório do líder tucano ainda estabelece critérios para a distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação durante a vigência do PNE, e a aprovação, no prazo de um ano, de lei específica com o objetivo de definir a participação percentual mínima dos entes federados no incremento de verbas para o alcance da meta de ampliação progressiva do investimento em -educação pública.

Especiais

No que se refere aos alunos com deficiência e necessidades especiais, o relatório propõe que o sistema educacional formal seja inclusivo, mas que as escolas e serviços especializados precisam ser preservados. Além disso, o relatório assegura às famílias e às pessoas com deficiência o direito de serem ouvidas sobre o atendimento educacional especializado e garante a educação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os surdos. O relatório proíbe a recusa de matrícula de alunos com deficiência no ensino regular em razão da sua condição.

Alfabetização

O relatório ainda determina que o marco do processo de alfabetização passe a ser aos sete anos de idade ou no 2º ano do ensino fundamental, a partir do segundo ano de vigência do PNE; e aos seis anos a partir do quinto ano. A oferta de educação integral para todos os alunos no prazo de dez anos também consta do texto aprovado.

A proposta mantém as metas de implementação do Custo Aluno-Qualidade Inicial e Custo Aluno-Qualidade, inclusive quanto à complementação federal para os entes federados que não conseguirem atingi-los. Alvaro explicou que essas estratégias são a espinha dorsal do PNE. O relatório também estabelece que a formação inicial do docente seja em nível superior.



4ª Jornada de Linguagem da FAED/UEDESC



Inscrições são gratuitas e limitadas: www.jornadadelinguagem.faed.udesc.br

De 21 e 23 de maio, no Centro Sul – Centro de Convenções de Florianópolis, ocorrerá a 4ª edição da Jornada de Linguagem da Faed/Udesc, cujo objetivo é “contribuir para a formação continuada de professores da educação básica, no tocante ao ensino e à aprendizagem da língua(gem) escrita, oral e audiovisual, assim como ao processo de alfabetização e letramento”.

A Jornada de Linguagem é promovida, anualmente, pelo Grupo Pró-Linguagem do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Udesc – liderado pela professora Dalva Maria Alves Godoy. A edição deste ano, sob a batuta das professoras Geysa Spitz Alcoforado de Abreu e Jilvânia Lima dos Santos Bazzo, conta com uma programação formada por conferências, minicursos ministrados por especialistas e apresentação de trabalhos.

A conferência de abertura “Multiletramentos, dialogismo e autoria em sala de aula” será proferida pela professora Roxane Rojo (Unicamp). Os minicursos abordarão diversas facetas da linguagem, como cultura afro-brasileira, brincadeiras, teatro, práticas sociais de leitura e cartografia escolar.

O fechamento da jornada será feito por meio da conferência provocativamente intitulada “Para que serve o professor?”, com o professor José Luiz Fiorin (USP).

Levando em conta que os atuais cursos de Pedagogia preparam estudantes para atuar tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos, Jilvânia Lima dos Santos Bazzo, uma das coordenadoras da edição da jornada desse ano, afirma: “Qual a

função primordial do professor se não a de contribuir para o desenvolvimento da capacidade leitora e escritora das crianças, dos jovens e dos adultos? Eis aí a pedra fundamental de todo processo formativo: a leitura e a escrita.”

Jilvânia destaca também o caráter extensionista da jornada: “Penso que a Jornada de Linguagem da Faed/Udesc está se tornando um espaço de interlocução e encontro das diferenças, sobretudo pela sua capacidade de criar as condições necessárias para o diálogo entre o ensino superior e a educação básica”.

No Centro de Ciências Humanas e da Educação da Udesc, a Jornada de Linguagem já é o evento científico do campo pedagógico mais significativo e aquele que responde melhor às demandas educativo-sociais.

Por um lado, porque ela está afinada com a atual matriz curricular nacional do curso de Pedagogia, que se propõe a formar docentes especialmente para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, em que a questão da lingual é fulcral.

De outra parte, a Jornada de Linguagem faz o Curso de Pedagogia da Udesc repensar a sua trajetória recente, marcada por transbordamentos contextuais e a necessidade de revalorizar as metodologias de ensino específicas, balizadas na atmosfera da contemporaneidade.

A 4ª edição da Jornada de Linguagem da Faed/Udesc, cujos detalhes podem ser conferidos em <http://www.jornadadelinguagem.faed.udesc.br>, com certeza contribuirá para a proporcionar uma formação docente continuada e eficaz.

* Professores da Udesc e autores de “A Escola da República: Os Grupos Escolares e a Modernização do Ensino Primário em Santa Catarina (1911-1919)” (Editora Mercado de Letras, 2011).

"As crianças estão brincando menos!"

1ª Parada Pedagógica da Educação Infantil de Jaraguá do Sul reflete sobre a importância do brincar



Pós-doutora em educação infantil Maria Carmem defendeu a volta das brincadeiras nas escolas

Jaraguá do Sul - Em abril, durante a 1ª Parada Pedagógica da Educação Infantil promovida pela Secretaria Municipal da Educação, a pós-doutora em educação infantil Maria Carmen Silveira Barbosa falou a mais de 400 profissionais da área sobre sua preocupação com a diminuição das brincadeiras nas escolas. Ela reforçou que é por meio das brincadeiras que as crianças aprendem a ser gente, a se relacionar. Mas alertou: "Sinto que as brincadeiras estão diminuindo nas escolas. Cadê os brinquedos de construção de madeira que se encontrava nas creches há alguns anos? As crianças não sabem mais brincar? Então precisamos ensiná-las a brincar".

Maria Carmen deu o exemplo de uma caixa de areia com forminhas no pátio de uma creche. E de como se pode ensinar uma criança a brincar. "Se um professor sentar nessa caixa de areia e começar a fazer bichinhos de areia com as forminhas, depois de alguns minutos, com certeza, já haverá umas quatro ou cinco crianças fazendo o mesmo", garante.

A palestrante, nascida nos anos 60, apresentou um perfil da criança de hoje. "Aprendi a jogar 'caçador' (brincadeira de jogar a bola no outro) no pátio da minha casa, com minhas irmãs. Hoje, a maioria das crianças mora em apartamento e não tem um pátio. Não tem irmãos. Como vão aprender algumas brincadeiras se não forem ensinadas nas escolas de educação infantil?", questionou.

Para Maria Carmen, a educação infantil é fundamental para que as crianças se socializem, convivam com culturas diferentes e sejam educadas e cuidadas, sempre tendo em vista a necessidade de diálogo entre a instituição, a família e a criança.

Para a atendente de berçário Lucir Schlickmann Rodrigues, 41 anos, o principal desafio da educação infantil é justamente o diálogo entre a creche e os pais, que "sem-

pre estão com pressa e ocupados. Querem saber se os filhos estão bem cuidados, mas a maioria não tem a noção de que a educação infantil vai muito além dos cuidados básicos. Se os pais participassem mais, quisessem saber de quais brincadeiras o filho mais participou e dialogassem mais com os professores, teríamos mais sucesso em nosso trabalho", entende Lucir Rodrigues. Segundo ela, não adianta desenvolver um bom trabalho em aula se os pais não valorizam isso.

Capacitação dos profissionais

O evento do dia 14 de abril foi dividido em dois locais. Para professores, atendentes de berçário, recreadores, secretárias, auxiliares de sala e técnicos de enfermagem, a qualificação ocorreu no Centro Empresarial de Jaraguá do Sul (Cejas), no Czerniewicz, pela manhã e à tarde. Para agentes de limpeza e conservação e agentes de alimentação e nutrição, a parada foi realizada no auditório do Sesi, na Barra do Rio Molha, e trabalhou o tema "Falando sério: uma boa parceria vale a pena", com a psicopedagoga Rosane Vera Maia Pereira.

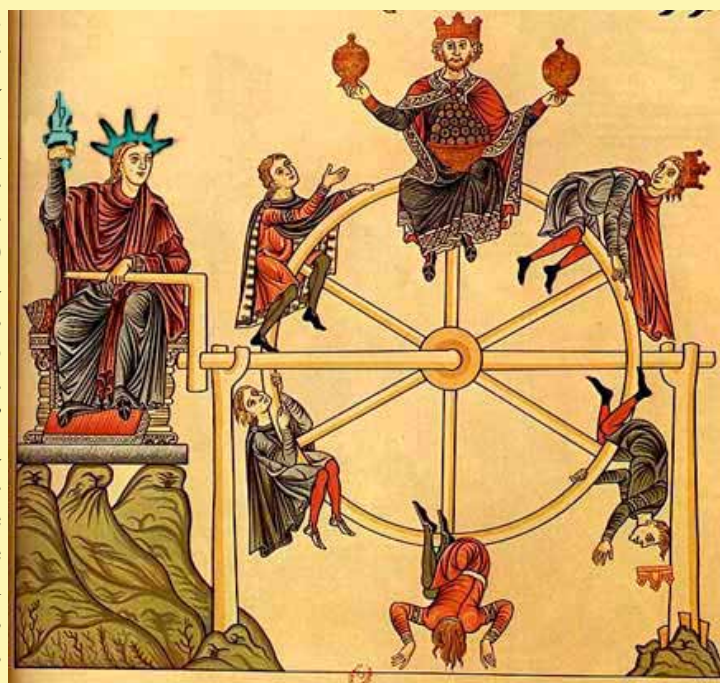
A diretora de Educação Infantil da Secretaria da Educação, Miraci Hahn, explica que os principais objetivos da parada pedagógica são a oportunidade de capacitação dos profissionais, reflexão sobre a importância do brincar e também reformular e atualizar a Proposta Curricular Municipal da Educação Infantil, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

Miraci adianta que as próximas duas paradas pedagógicas estão programadas para junho – com atividades divididas por polos de creches – e setembro, quando haverá mostra de trabalhos.



A roda da fortuna

Na Idade Média, muita gente acreditava na chamada Roda da Fortuna. Um personagem mitológico, a "fortuna" (às vezes traduzida por "sorte") girava uma roda sobre o destino das pessoas, de modo que quem hoje estivesse "por cima" no futuro estaria "por baixo" e vice-versa. Se isso é verdade ou não, é difícil afirmar com certeza, mas alguns exemplos históricos nos fazem pensar.



Quem hoje em dia vê todas as questões do governo russo de Putin sobre a Ucrânia provavelmente vê este país com o algo fraco e pequeno perante o gigante russo.

O que poucos sabem é que a própria Rússia surgiu da Ucrânia. Como uma espécie de colônia afastava de Kiev (capital da Ucrânia) unindo-se com exilados dos nórdicos (vikings) surgiu Moscou, e posteriormente o povo russo. Mil anos atrás, eram os russos que pediam ajuda para se livrar da dominação ucraniana.

Outro elemento muito pouco conhecido é que a Crimeia, que recentemente foi o palco de disputa ao querer se separar da Ucrânia e se unir à Rússia, originalmente não pertencia a nenhum dos dois, mas era uma região do Império Turco Otomano por séculos.

Outro aspecto que torna ainda mais estranha esta disputa: podemos acrescentar que quem conquistou a Crimeia foram os próprios russos, à época de Catarina, a Grande. O território foi presenteado aos seus grandes aliados, a Ucrânia, durante o auge da Guerra Fria (região disputada essa, hein...).

Pra cima, pra baixo

Outro elemento jamais divulgado, mas que pouco se reflete sobre ele, é que entre as quatro maiores economias do mundo hoje em dia, duas (Japão e Alemanha) estavam completamente arrasadas cerca de 70 anos atrás. Ambos, após a derrota na Segunda Guerra Mundial, tinham seu território ocupado por tropas estrangeiras.

A Alemanha rasgada ao meio, parte

socialista e parte capitalista, tinha um muro imposto por interesses estrangeiros dividindo sua antiga capital Berlim. E o Japão ardia radioativo após as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Hoje, são o 3º e o 4º países mais ricos do mundo.

E se é para girar a Roda da Fortuna mais uma vez nessa história toda, podemos pegar o exemplo do Paraguai.

Após a sua independência, no início do século 19, o país prometia, com índice praticamente zero de analfabetismo, população nacionalista, sem escravidão (enquanto essa era a forma de trabalho mais comum em quase toda a América, ao passo que na Europa a servidão ainda existia em larga escala poucos anos antes).

Naquele cenário, o Paraguai dava os primeiros passos rumo à revolução industrial (poderia ser o quarto país a entrar nesse processo, já com suas primeiras fábricas).

Para quem duvida que o Paraguai poderia ter se tornado uma potência, basta compararmos a outro país americano, também de independência recente, de território semelhante e nível de evolução semelhante que eram os Estados Unidos, no início do mesmo século.

Entretanto, enquanto o vizinho norte-americano multiplicou várias vezes seu território ao adquirir a Louisiana da França, capturar Novo México e Texas, entre outros do México e da Espanha e depois o Alasca da Rússia, o Paraguai foi praticamente destruído pela tríplice aliança entre Brasil, Argentina e Paraguai. Impossível não notar que a roda girou de forma bem diferente para esses dois países.

CONTATOS: E-mail: professorleandrovillela@gmail.com

Visite também: www.qhee.blogspot.com e www.profleandro.com

CURSO DE DEPILAÇÃO

08, 15, 22
e 29 de MAIO
2014

Horário noturno: 18h às 22h
Carga Horária total 16 horas

INSTITUTO IREI
Rua Araranguá, 242 / Bairro América
Joinville / SC

Profissional:
Denise Pereira

Material necessário:

- Cera Depilatória roll-on (Refil)
- Aparelho Depilatório (aquecedor roll-on) - (Se tiver pode trazer)
- Papel Depilatório
- 01 Espátula de madeira, silicone ou fibra
- Tesourinha
- Óleo Pós-Depilatório
- Gel Calmante
- Loção Pré-Depilatória
- Pinça
- 01 par luvas de Vinil
- Toalha
- Cera Quente para panela

IREI
ESCOLA TÉCNICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
47 3422-8906

Conteúdo programático:

- Introdução básica sobre depilação
- Tipos de cera
- Cuidados com o cliente e profissional
- Demonstração de produto com a prática demonstrativa de vários tipos de cera

A quem se destina:

- Massoterapeuta, esteticista, profissionais que atuam em clínicas, salão de beleza e pessoas que queiram aplicar a técnica.

INVESTIMENTO
R\$ 212,00
Á vista
2X
R\$ 110,00
Incluso apostila e certificado



Família homoafetiva

Como vimos na coluna anterior, a atual concepção de família já foge à definição tradicional e só encontra limitação na própria vontade do ser humano, que passa a admitir o afeto como principal elemento constituinte da entidade familiar. Nesse contexto, é reconhecida como família todo e qualquer grupo que se identifiquem como tal, existindo ou não laços sanguíneos entre si.

Uma das formas de entidade que está conquistando cada vez mais espaço no nosso ordenamento jurídico é a família homoafetiva, que é aquela formada por pessoas do mesmo sexo, visando a constituição da entidade familiar, e que merece atenção e proteção por parte do Estado, assim como os demais arranjos familiares.

No Brasil, ainda não há legislação específica que trate das uniões homoafetivas e nem mesmo previsão constitucional de existência destas, o que demonstra o caráter ainda conservador do nosso Estado. Todavia, em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo.

O objeto da ação era declaração de reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Pediu, também, que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis fossem estendidos aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo.

A decisão favorável levou em consideração os princípios e garantias presentes na Constituição Federal, que veda qualquer discriminação em virtude de sexo, raça, cor e que, nesse sentido, ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua preferência sexual. Desta forma, a união estável para casais homoafetivos já é permitida em todo território nacional.

As uniões entre pessoas do mesmo sexo já encontram fundamentação quando se tratam de direitos patrimoniais, pois são reconhecidas como sociedades civis de fato. Entretanto sua natureza é de família em sua acepção, sendo a base principal o vínculo afetivo entre eles.

Desta forma, nada mais justo que estas entidades sejam reconhecidas juridicamente, e que tenham os mesmos direitos que as famílias consideradas tradicionais possuem.

O reconhecimento e a regulamentação

das uniões homoafetivas pelo Direito Privado, em especial no ramo das famílias, é necessário para a superação da discriminação social imposta àqueles declarados homoafetivos, além de se resguardar o direito de liberdade de orientação sexual e fornecer reconhecimento proteção por parte do Estado, visto que o número de famílias formadas por pessoas do mesmo sexo aumenta cada vez mais.

Sendo assim, se considerarmos o companheirismo e afeto como o principal elo dos entes que compõe a entidade familiar, percebemos que a família homoafetiva merece o mesmo reconhecimento que as demais formas de família, sendo indispensável que seja vista como tal, independente da opção sexual de seus componentes.

Neste sentido, foi editada em maio de 2014 pelo presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, a Resolução n. 175 que obriga os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento. O documento visa dar efetividade à decisão tomada em maio de 2011 pelo Supremo Tribunal Federal.

Conforme o texto da resolução, caso algum cartório se recuse a concretizar o casamento civil, o cidadão deverá informar o juiz corregedor do Tribunal de Justiça local. "A recusa implicará imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para providências cabíveis", diz o texto.

A resolução, não obstante não ser uma lei, mas sim uma orientação aos cartórios e corregedorias, veio em uma hora importante, pois não havia ainda no âmbito das corregedorias dos tribunais de Justiça uniformidade de interpretação e de entendimento sobre a possibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo e da conversão da união estável entre casais homoafetivos em casamento.

Por fim, a Resolução consolida e unifica essa interpretação de forma nacional, essa reflexão levará a nossa sociedade a aceitar e a respeitar a união homoafetiva, fundamentada sempre por um dos maiores princípios constitucionais, qual seja, o da dignidade da pessoa humana.

Sueli Ribeiro, bacharelanda de Direito pela Faculdade Cenequista de Joinville, assistente jurídica.

127 CRIANÇAS COM
MENOS DE 5 ANOS
MORREM POR DIA
NO BRASIL.

MUDE ESSA
HISTÓRIA.

DOE AGORA.

Ligue para 0300 10 12345

Faça uma doação para que a Fundação Abrinq – Save the Children ajude mais crianças.

Em 23 anos de atuação a Fundação Abrinq – Save the Children já beneficiou mais de 7,4 milhões de crianças.



O Jornal da Educação está no
FACEBOOK
Leia e curta nossa página



Yolanda Robert – professora, advogada, consultora e especialista em direito e processo civil e em direito e processo do trabalho. Endereço eletrônico: yolanda@robertadvocacia.com.br

Estudantes de Jaraguá do Sul usam tronco de bananeira para plantar alface

Jaraguá do Sul - Estudantes de Jaraguá do Sul encontraram utilidade para um elemento da bananicultura, geralmente descartado depois que a banana é produzida – o tronco da bananeira, que tem o nome técnico de *pseudocaule*.

Além de ocupar espaço nas plantações, os troncos, que ficam jogados na terra, atraem maruins, que incomodam os agricultores, causando coceira e alergias.

Para as alunas Daniela Moreira e Tamires Taborda, do 9º ano da Escola Antônio Estanislau Ayroso, de Jaraguá do Sul, o *pseudocaule* da bananeira é útil. Ele serviu de base para o plantio de alface hidropônica.

nica, em uma estufa. A experiência faz parte de um projeto de iniciação científica proposto pelo professor de ciências da escola, Jean Mary Facchini.

Para o educador, a iniciação científica deve ser incentivada durante o ensino fundamental. Para que, quando o aluno chegar à faculdade, já produza ciência e não somente aprenda a produzi-la.

O projeto foi premiado, em março, na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace 2014) e foi pré-selecionado para participar de uma feira sobre sustentabilidade na Holanda, em 2015.



Alunos usaram o tronco da bananeira como base para a plantão de alface hidropônica em uma estufa

A experiência

O experimento, apresentado e premiado com a 4ª colocação na Febrace 2014, entre centenas de trabalhos de todo o País, consiste em cultivar alface hidropônica no *pseudocaule* da bananeira. Entenda o processo resumidamente:

1. O *pseudocaule* é desidratado – fica na posição vertical, na sombra – por dez dias (para poder absorver a solução nutritiva, que garante a produção de alface).

2. O *pseudocaule* é reidratado com solução nutritiva (própria para culturas hidropônicas). Fica em um tanque por 24 horas.

3. São feitos sulcos com uma faca no *pseudocaule* da bananeira.

4. São plantadas nos sulcos as mudas de alface.

5. Começa o processo de irrigação com solução nutritiva, uma vez por dia.

Vantagens com o uso do *pseudocaule*:

1. Economia de água. O *pseudocaule* da bananeira é muito poroso e, por isso, conserva a água por mais tempo. Não foi necessário regar mais de uma vez por dia, enquanto na cultura hidropônica normal, as plantas precisam constantemente da água.

2. Economia de energia. Na cultura hidropônica, é necessário ter uma bomba para puxar a água e essa bomba fica ligada constantemente. Com o *pseudocaule*, que é poroso, isso não é necessário.

3. Economia de solução nutritiva. A solução não evapora facilmente, já que o material é muito mais poroso do que o PVC (hidroponia).

4. Economia de material. Não é necessária a compra de canos e outros materiais para o plantio da alface. O *pseudocaule* da bananeira está à disposição nas plantações.

“Queremos apresentar esse projeto aos bananicultores e oferecer uma alternativa de renda a eles”, planejam o professor Facchini e as estudantes.

RÁPIDAS

Contação de histórias - O setor infantil da Biblioteca Pública Municipal Rolf Colin está levando contações de histórias com mais frequência a escolas e Centros de Educação Infantil (CEIs) de Joinville que desenvolvem projetos de incentivo à leitura. No início de abril, as contadoras Maria José Pasini e Gilmara dos Santos encantaram crianças do CEI Juez Machado, no bairro Petrópolis, com a interpretação do livro "Bruxa, bruxa, venha a minha festa". As contações se intensificaram em março deste ano, com visitas semanais a unidades escolares. Ainda em abril, o setor infantil da biblioteca foi para o CEI Miosótis, no bairro Fátima; no CEI Itaum, no bairro Itaum; e no CEI Miraci Dereti, no bairro Espinheiros. As histórias a serem contadas têm relação com os projetos de incentivo à leitura realizados em cada unidade escolar. O desenvolvimento de projetos nesta área é inclusive pré-requisito para agendar uma sessão. O telefone para agendamento é o da Biblioteca: 3422-7000. O setor infantil também realiza contações de histórias na própria Biblioteca, a cada 15 dias, sempre aos sábados, das 10 horas às 11h15, incluindo troca-troca de livros.

Jogos Escolares - Os Jogos Escolares de Joinville (Jeville) terão novo formato. As competições em 17 modalidades passarão a ser realizadas sempre no mês de setembro e não mais em maio e junho. As mudanças foram anunciadas no início de abril, durante reunião entre a Fundação de Esportes, Lazer e Eventos de Joinville (Felej) e professores de educação física de escolas municipais, estaduais e particulares. No formato atual, as competições dos Jeville são realizadas em maio para alunos de 12 a 14 anos e em junho para a faixa etária de 15 a 17 anos. Para garantir a participação de Joinville nos Jogos Escolares de Santa Catarina (Jesc) deste ano, as competições programadas para maio e junho se transformarão em seletivas. Os Jesc, promovidos pela Federação Catarinense de Esporte (Fesporte), acontecem em junho e julho. No novo formato, os Jogos Escolares de Joinville 2014 passam a ser disputados em setembro, e o campeão de algumas modalidades representará o município nos Jesc de 2015. Dentro do novo modelo, as faixas etárias também foram reduzidas de 12 a 14 anos para 11 e 13 anos e de 15 a 17 anos para 14 a 16 anos. O coordenador de Competições da Felej, Jean Kupicki, explica que as mudanças atendem reivindicações dos próprios professores

de educação física. “As aulas mal começavam e os estudantes já participaram das competições em maio, no caso dos estudantes de 12 a 14 anos. No novo formato, os Jogos de Joinville se adequam melhor ao calendário da Fesporte e poderemos ter mais representatividade”, ressalta.

Concurso de maquetes - Alunos do 5º ano do ensino fundamental de escolas públicas e particulares de Joinville poderão participar do concurso de maquetes com o tema “Trânsito na minha Escola”, promovido pelo Instituto de Trânsito e Transporte (Ittran), por meio da Escola Pública de Trânsito (Eptran). Os trabalhos serão apresentados no mês de setembro, durante a Semana Nacional do Trânsito. O objetivo, de acordo com o Ittran, é promover a interação da escola com a sociedade para difusão da importância do debate e ações pertinentes e pró-ativas em relação à educação no trânsito, incentivando o exercício da cidadania. E também sensibilizar o público para a segurança e respeito à vida, por meio da socialização dos trabalhos realizados pelos alunos. De acordo com o regulamento, cada escola poderá apresentar duas maquetes. Os trabalhos serão expostos para avaliação entre os dias 17 e 19 de setembro, no espaço Alfredo Salfer, junto ao Centreventos Cau Hansen. Uma comissão julgadora irá selecionar 60 trabalhos, que serão expostos no Shopping Mueller de 22 a 28 de setembro. Os melhores serão escolhidos pelo público em votação direta. A premiação: 1º lugar: passaportes para o Parque Beto Carreiro Word; 2º lugar: Uma tarde de lazer no Shopping Muller: Cinema, pipoca e lanche no McDonald's; 3º lugar - Passeio no DiverPlay e lanche no McDonald's.

Universidade do Trabalhador - O Programa Universidade do Trabalhador (Unit) da Prefeitura de Joinville oferece 3.143 vagas distribuídas em mais de 60 cursos gratuitos, abrangendo desde a qualificação profissional até os cursos técnicos. As aulas ocorrerão tanto nos polos da Fundação Municipal Albano Schmidt (Fundamas), quanto nos polos das entidades parceiras – Senai, IFSC, UFSC, UniSociosc, Senat e Senac. Os cursos são, na maioria, disponibilizados com recursos do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Todas as informações sobre os cursos, com os critérios, locais de pré-inscrição, carga horária e contatos estão disponíveis no site da Fundamas (www.fundamas.sc.gov.br) e da Prefeitura de Joinville (www.joinville.sc.gov.br), em banner na página inicial.